

FUNÇÕES-CHAVE DE CADA NÍVEL

Papel do MINAG central: Definição de políticas

O papel principal é a formulação de políticas, o que inclui a definição de estratégias e directrizes, a formulação de normas e regulamentos e a garantia de seu cumprimento, além das funções de inspecção, estabelecimento de normas, treinamento, desenvolvimento de currículos, cooperação internacional.

Relações interministeriais: É tarefa do MINAG central coordenar o processo de descentralização sectorial e o seu papel no processo territorial. Para harmonizar o processo é importante que o MINAG mantenha relações estreitas com os ministérios que lideram o processo (sobretudo MAE, MPD, MF), mas também com os ministérios sectoriais que actuam na área de desenvolvimento rural.

Papel das DPAs: Coordenação e assessoria

As DPAs cumprem o papel intermediário entre o nível central (formulação de políticas) e o nível distrital (implementação):

- Disseminação de políticas, leis, normas e regulamentos e sua transformação em planos operacionais;
- Coordenação intersectorial ao nível da província;
- Garantir o fluxo de informação entre os três níveis, tanto de cima para baixo como de baixo para cima;
- Provisão de apoio técnico aos SDAEs para que estes desempenhem as suas funções nas áreas técnicas como a planificação, M&A e prestação de contas;
- Supervisão do desempenho e avaliação dos impactos das medidas realizadas ao nível distrital;

Papel da função agrária dentro dos SDAEs: Implementação

- Participar do processo de elaboração dos PDD, PESOD e PAAO;
- Definir e planificar actividades prioritárias através dos mecanismos das IPCCs;
- Contribuir para a monitoria e avaliação das actividades;
- Promover a coordenação intersectorial ao nível do distrito;
- Criar parcerias com o sector privado e a sociedade civil e prestar apoio técnico e organizacional aos parceiros;
- Disseminação de leis, normas e regulamentos e a sua auditoria e inspecção;
- Provisão de serviços na área agro-pecuária e na gestão dos recursos naturais.

Para definir a **forma de interacção/operacionalidade entre os três níveis**, deve-se proceder da seguinte maneira:

- 1) Definir (entre SDAE, com apoio da respectiva DPA) os serviços que o nível mais baixo (distrital) deve prover
 - de acordo com a procura local existente/potencial
 - com os recursos (humanos e materiais) disponíveis,
 - considerando os princípios de subsidiariedade, complementaridade e economia de escala.
- 2) Como próximo passo, deve-se definir o apoio externo (dos níveis superiores) de que o nível distrital necessita, para cumprir os serviços definidos;
- 3) O nível provincial organiza e implementa o apoio correspondente e concorda com o nível distrital os procedimentos de cooperação.

(1) Respeitando o princípio de subsidiariedade

Segundo o princípio da subsidiariedade, papéis e responsabilidades devem ser atribuídos aos diferentes níveis de um sistema de governo de tal maneira que os níveis mais elevados não retomem funções que podem ser adequadamente cumpridas a um nível mais baixo.

Efectivamente, as funções de apoio directo aos camponeses podem ser melhor cumpridas ao nível mais baixo (no distrito), caso existam as capacidades pertinentes a este nível.

No entanto, em caso de zonas rurais de baixa capacidade (cobertura técnica) isso pode significar que podem ser estabelecidas unidades de apoio profissional/sectorial ao nível regional ou provincial, para cobrir aquelas capacidades profissionais, que não podem ser encontrada em cada unidade do governo local.

O princípio da subsidiariedade não só ajudará a definir a distribuição de responsabilidades entre os diferentes níveis de governo e entre os diferentes graus e escalas de organizações, mas também entre o governo e agentes privados dentro de um sistema de serviços.

Isto significa que a resposta para o que pode ser "terceriorizado" ou privatizado depende da situação específica em uma determinada região (distrito), da existência e das potencialidades das empresas privadas e das ONGs activas nessa região.

(2) Aderindo ao princípio da complementaridade

Na maioria dos casos, a questão de quais funções devem ser manejadas pelo Estado ou pelo sector privado, não pode ser respondida em forma determinante (*ou isto ... ou aquilo*). Isto é devido ao fato de que muitos serviços são compostos por uma gama de diferentes tarefas, para as quais diferentes tipos de organizações podem ser usadas. As normas de qualidade de um determinado serviço como o controlo sanitário de gado, pode cair sob responsabilidade governamental, a extensão pecuária como tal pode ser prestada por uma ONG, a manutenção das viaturas do serviço de extensão poderá ser feito por empresas privadas sob contrato, o financiamento do gado pode muito bem ser uma acção partilhada entre o governo e os camponeses.

Assim, a aplicação do princípio da complementaridade pode resultar em diferentes combinações e composições de prestadores e usuários dos serviços intervenientes. É evidente que deve existir um bom sistema de comunicação e coordenação entre os actores existentes, para tornar efectiva tal complementaridade. Também neste caso, as regras que irão guiar a aplicação deste princípio deverão ser estabelecidas com base na situação específica e nas condições de cada região (distrito).

(3) O princípio da “Economia de Escala”

Nem todos os serviços devem ser descentralizados para o nível mais baixo (distrito). Às vezes pode não existir suficiente procura ao nível do distrito para justificar a descentralização. Também pode haver casos onde o nível superior (a Província) está em condições de prestar os serviços de forma mais eficiente. Pode ser o caso de um veterinário que pode atender 2-3 distritos de forma simultânea.

No entanto, a existência de economias de escala é muitas vezes usada como um argumento (ou pretexto) para evitar a devolução de uma determinada responsabilidade ao nível inferior, alegando-se que as capacidades existentes ao nível mais baixo não são capazes de assumir tarefas que apresentam em um certo grau aspectos de economia de escala. Esse tipo de preocupação tem desviado a execução da reforma de descentralização, já que existem várias maneiras através das quais os distritos podem evitar as consequências negativas de economias de escala; p.ex., juntando-se com os distritos vizinhos e contratando serviços para ambos.

FUNÇÕES DESCENTRALIZADAS DO MINAG

Tabela 1: Matriz de funções descentralizadas do MINAG

Central		Local	
		Província	Distrito
<i>Funções Nucleares</i>	<i>Formulação de Políticas</i>	<i>Coordenação</i>	<i>Implementação</i>
POLÍTICAS (Direcção Estratégicas)	<ul style="list-style-type: none"> - Análise e formulação de políticas - Representação e protecção dos interesses do sector. - Disseminação de políticas. - Promoção da coordenação intersectorial e cooperação internacional. - Monitoria e avaliação do impacto de políticas. - Provisão de um quadro lógico e direcção para o desenvolvimento organizacional. - Previsões (forecasting). 	<ul style="list-style-type: none"> - Transformação de políticas em planos operacionais em coordenação com os níveis central e distritais. - Promover a disseminação de políticas. - Representar e proteger os interesses do sector. - Promover a coordenação intersectorial. - Providenciar subsídios para a monitoria e avaliação do impacto das políticas do sector. 	<ul style="list-style-type: none"> - Definir e planificar actividades prioritárias, através dos mecanismos de participação e consulta comunitária existentes - Providenciar subsídios na identificação de problemas e priorização de políticas. - Definir e planificar actividades prioritárias em coordenação com as províncias. - Providenciar subsídios para a monitoria e avaliação do impacto das políticas. - Promover a disseminação de políticas. - Promover a coordenação intersectorial.
REGULAMENTAÇÃO (Formulação de normas e regulamentos e garantir seu cumprimento)	<ul style="list-style-type: none"> - Elaboração de normas, regulamentos, nas áreas de Recursos Naturais, Produção Agrícola, Produção Animal, Comercialização e protecção do consumidor. - Regulamento(s) interno (s). - Inspeção Interna e provincial. - Disseminação de leis, normas e regulamentos. - Provisão de instrumentos legais relevantes para a parceria com o sector privado e sociedade civil. - Condução de inquéritos epidemiológicos, - Estabelecimento de sistemas de aviso - prévio, mercados agrícolas e outros - Desenvolvimento de padrão de contratos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Condução de inspecções técnicas. - Auditorias internas e distritais. - Disseminação de leis, regulamentos, normas e regulamentos. - Promoção de parcerias com o sector privado e sociedade civil. 	<ul style="list-style-type: none"> - Auditoria administrativa e inspecção. - Disseminação de leis, normas e regulamentos. - Criar parcerias com o sector privado e sociedade civil. - Apoio técnico e organizacional aos parceiros - Retro-alimentação sobre mudanças tecnológicas e disseminação de informação técnica. - Velar pelo cumprimento dos contratos.

Central		Local	
		Província	Distrito
<i>Funções Nucleares</i>	<i>Formulação de Políticas</i>	<i>Coordenação</i>	<i>Implementação</i>
PROVISÃO DE SERVIÇOS (Promoção de serviços de natureza pública)	<ul style="list-style-type: none"> - Provisão de planos e medidas para aumentar o investimento interno e externo. - Quadro de alto nível para a prestação de serviços de extensão e pesquisa. 	<ul style="list-style-type: none"> - Provisão de apoio técnico aos distritos, em áreas como Desenvolvimento organizacional e inspecção. - Supervisão da rede provincial de extensão. - Assistir na coordenação dos programas de desenvolvimento rural. - Mediação de conflitos. - Harmonização e disseminação de informações técnicas. - Desenho e aprovação de infra-estruturas do sector (ligada à funções mandatárias). - Provisão de bens e serviços aos distritos, em linha as prioridades do sector público de outras áreas tais como, serviços técnicos, capacitações, promoção do investimento do sector privados, terciarização e formação de parcerias. 	<ul style="list-style-type: none"> - Criar capacidades e providenciar assessoria na formação de grupos auto-sustentáveis. - Gerir a rede de extensão distrital (intervenientes múltiplos) - Prover informações e assistência técnica sobre insumos, produção, comercialização e processamento - Coordenação com outras agências envolvidas no desenvolvimento rural. - Prestação de serviços de sanidade animal e vegetal. - Provisão de assessoria e procedimentos para assegurar o acesso à terra e florestas. - Mediação de conflitos. - Realização do Inquérito Epidemiológico - Sistema de Aviso Prévio - Previsão da produção para as áreas florestal, agricultura e pecuária. - Recolha e disseminação de Informação relativa a insumos agrários, preços dos produtos agrários e preços. - Acompanhar e monitorar projectos de iniciativa local

(MINAG, 2010)

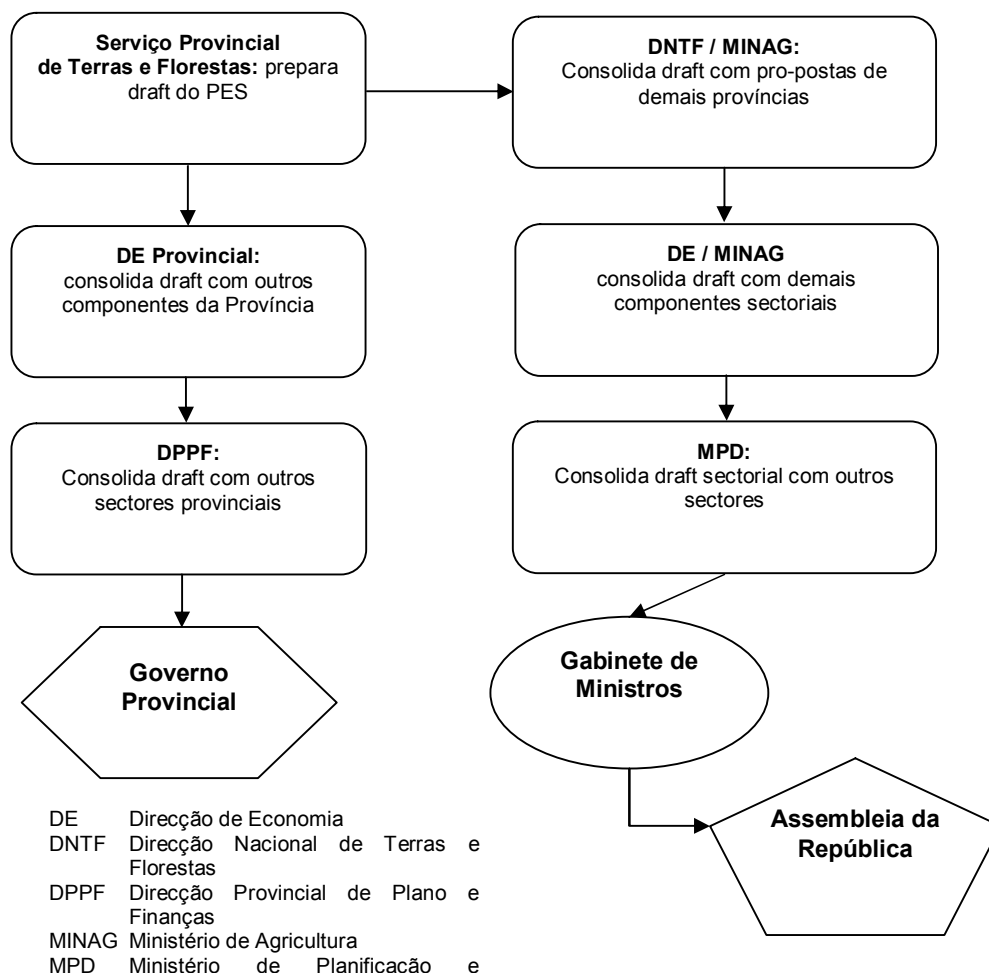
PREPARAÇÃO DO PES

Embora a proposta orçamentária do nível provincial e central e as submissões do sector para o PES são baseados nos PAAOs, a coerência do orçamento e do PES está longe do ideal:

Os elementos da proposta para o PES são preparados pelos serviços técnicos do MINAG ao nível provincial, com um certo grau de consulta com o pessoal dos distritos. As propostas técnicas são então enviados para (a), ao Departamento de Economia da DPA, ao nível provincial e (b) à direcção técnica correspondente do MINAG, ao nível central. Ambos consolidam as propostas. As direcções técnicas na MINAG central enviam a versão consolidada ao DE do nível central, onde é conjugado com as respectivas propostas de outras direcções, para a apresentação final ao MPD. As DEs provinciais também consolidam as propostas elaboradas pelos diversos departamentos técnicos e apresentam a versão sincronizada à Direcção Provincial do Plano e Finanças.

O PES nacional, então, é elaborada pelo MPD, enquanto os PES provinciais são preparadas por cada Província para a apresentação e aprovação do governo provincial. Dados estes procedimentos, as frequentes inconsistências realmente não constituem uma surpresa.

Preparação e consolidação do PES (exemplo)



Note-se que as instituições técnicas de nível provincial (no exemplo do gráfico, o Serviço Provincial de Terras e Florestas) enviam os documentos que resultam de cada etapa para a respectiva instituição central; no entanto, estes documentos são de informação, e não há harmonização sistemática com as propostas correspondentes das demais províncias.

Os primeiros esboços técnicos são preparados sem muita consideração da disponibilidade de fundos. No decurso dos exercícios de consolidação, as propostas de orçamento tendem a ser ajustadas ao envelope de recursos disponíveis, mas muitas vezes ajustes paralelos das metas do PES não ocorrem. Portanto, não é surpreendente que os orçamentos muitas vezes acabam por ser insuficientes para atingir as metas contidas nas propostas do PES. Além disso, a consolidação da proposta do PES a nível nacional tende a resultar na completa eliminação da dimensão regional; apenas metas nacionais, sem discriminação por províncias, permanecem.

O passo seguinte no processo é a finalização das propostas de plano e orçamento a nível do MPD/MF. Durante o mês de Agosto, os ministérios são chamados a defender

e negociar as suas propostas. Geralmente, as Direcções de Planificação dos ministérios de linha (como a DE do MINAG) não são informadas sobre a versão final que MPD/MF envia ao Conselho de Ministros e depois ao Parlamento.

Planificação de actividades no âmbito da descentralização

A planificação descentralizada com envolvimento da população iniciou em Moçambique no início dos anos 90. Em geral se tratava de programas com financiamento externo, implementados por organizações internacionais que colaboravam com as estruturas do Estado. Foi neste contexto de descentralização do processo de planificação distrital que, no ano de 1999, o MINAG iniciou o programa sectorial ProAgri, introduzindo métodos participativos de planificação e orçamento, que eram bastante inovativos tanto para o MINAG como para o Governo de Moçambique. Nesta fase foram introduzidos o **Plano Anual de Actividades e Orçamento (PAAO)** e os respectivos Planos Trimestrais de Actividades e Orçamento (PTAOs). Estes planos são utilizados no sector agrícola público para a planificação e orçamento das actividades a serem desenvolvidas ao longo de um determinado ano ou trimestre, respectivamente. Eles permitem visualizar todas as actividades e os respectivos orçamentos propostos para a realização durante um ano ou trimestre.

Os técnicos (das DDAs e - logo - dos SDAEs) estavam bem motivados em apoiar a elaboração dos PAAOs porque viam neste processo uma grande oportunidade de planificar investimentos e actividades com base nas reais necessidades, prioridades e potencialidades locais. Os produtores agrícolas e as suas associações (o grupo alvo do sistema público de apoio) assim como os ONGs também apreciaram a nova abordagem com elementos participativos, a descentralização de poderes, responsabilidades e recursos, trazendo uma maior auto-estima e maior identificação com os serviços das DDAs.

Infelizmente, na prática este processo de planificação parece estar contaminado por uma série de problemas:

- O período em que o PAAO é preparado (Março a Junho) é muito distante do período de execução (Janeiro a Dezembro do ano seguinte) e geralmente não permite a incorporação de avaliações da actual temporada agrícola;
- Falta uma definição clara de tetos orçamentais. Muitas vezes informações sobre o orçamento disponível chegam somente com muito atraso. Cortes dos níveis superiores no âmbito da “harmonização” dos planos e orçamentos, sem envolvimento dos actores dos planos, são frequentes. Estes cortes sem envolvimento dos actores principais dos planos contradizem qualquer ideia de “planificação participativa” no âmbito da descentralização. Além disto, não está bem definido quais dos gastos para os distritos deveriam ser feitos pelo próprio distrito ou pelo nível central ou provincial;
- Uma vez “globalizados” os PAAOs ao nível nacional e apresentados para MPD e MF em forma comprimida (estes não chegam a ver os detalhes), a planificação original se torna irrelevante. Unidades subordinadas em geral e os distritos em particular não são sistematicamente informados sobre a versão revista da proposta

original dos PAAOs, e como foram integrados na proposta do nível central;

- Atrasos de desembolsos e, como consequência, a ausência de fundos disponíveis nos momentos oportunos no âmbito do calendário sazonal;
- Os modelos elaborados pelo MINAG (na base de programas e fundos nacionais) determinam a planificação de tal forma que os funcionários das DPAs e DDAs têm poucas possibilidades de definir as prioridades com base nas necessidades e potencialidades identificadas no terreno;
-

Outra fraqueza do processo de planificação de actividades e orçamento é que não está bem integrado na planificação geral dos distritos. Na teoria, o Plano de Desenvolvimento do Distrito (PDD) deveria ser um instrumento de harmonização entre os veios verticais e horizontais, definindo melhor as prioridades distritais de médio prazo. O PAAO distrital e os outros planos sectoriais deveriam ser uma forma de “especificação”, contribuindo para o PESOD. No entanto, a prática mostra que o PDD quase não tem nenhuma relevância no processo de elaboração dos PAAOs distritais. O gráfico a seguir ilustra esta planificação paralela. Em síntese se pode dizer que para elaborar planos separados são gastos muitos recursos humanos, materiais e financeiros que podiam ser economizados no caso de uma planificação integrada.

OE e OiiL

ORÇAMENTO DO ESTADO

As Leis e Regulamentos do SISTAFE7 de 2002 e 2004 respectivamente substituíram o quadro legado pelo sistema colonial da administração pública financeira, com o objectivo de introduzir modelos de legislação e de gestão mais apropriados para as necessidades de uma administração pública moderna (Lawson et al, 2008: 19).

A lei do SISTAFE institucionalizou o Cenário Fiscal de Médio Prazo (CFMP), como um instrumento de planificação fundamental na formulação de orçamentos (Lawson et al, 2006: 27). O CFMP, preparado pelo MF, fornece projecções de três anos para fundos sectoriais. A coordenação com os Ministérios de linha melhorou quando foi utilizado como um processo interno do MF. Para além disso, pela primeira vez, o CFMP para 2007-2009 foi aprovado pelo Gabinete e publicado.

O CFMP é operacionalizado pelo Orçamento do Estado (OE). O OE contém todas as informações de receitas e despesas. É acompanhado por uma declaração que enuncia as principais iniciativas de política fiscal e explica o seu impacto nos agregados fiscais e projecções de receitas e despesas (de Renzio et al, 2006: 10). Em princípio existe um processo orçamental integrado para despesas de investimento recorrentes (entrevistado), mas na prática são separados (Lawson et al, 2008, p. 49; entrevistado). A mais recente PEFA – Public Expenditure and Financial Accountability (Responsabilização Pública de Despesas e Finanças) também indica que, embora haja uma correspondência razoável entre os agregados no CFMP e o OE para o mesmo ano, este não é o caso para o orçamento nos dois anos seguintes. Assim, o CFMP ainda não é muito eficaz como ferramenta de planificação de médio prazo (Lawson et al, 2008: 48; entrevistado).

Os tectos do orçamento do sector inicial são definidos no início de cada ano quando o CFMP é actualizado. Em Maio, os tectos do orçamento são enviados para os sectores e outras unidades orçamentais, com as directrizes de orientação nacional (ou seja, circular de chamada) para formular propostas para o OE e o PES. A necessidade de integrar questões transversais (género, ambiente, VIH/SIDA) nas propostas de orçamento para 2008 foi incluída explicitamente na circular da chamada do orçamento (Ministério da Planificação e Desenvolvimento et al., 2007). No período de Maio a Julho, os sectores e outras unidades orçamentais preparam propostas orçamentais e apresentam-nas ao MF e ao MPD. Em Agosto foram realizadas discussões orçamentais pelo MF e o MPD (de Renzio et al, 2006: 10). Na conferência de 2007 sobre Eficácia da Ajuda e Igualdade género em Moçambique, foi recomendado e decidido que o MMAS teria um lugar nas discussões orçamentais a partir deste ano (Conferência sobre a Eficácia da Ajuda e Igualdade de género em Moçambique, 2007; consultar também a Secção 3). Mas ainda não foi determinado até que ponto é que isto será de facto colocado em prática (entrevistado). A 15 de Setembro foi enviada uma versão do projecto do OE e do PES para o Conselho Económico (Conselho especializado do Gabinete com Ministros chave) e depois para o Conselho de

Ministros para fins de aprovação. Os projectos do OE e do PES foram apresentados ao Parlamento a 30 de Setembro. O prazo da aprovação parlamentar do OE e do PES é 15 de Dezembro (de Renzio et al, 2006: 10).

O OE é considerado um documento credível, com resultados finais próximos do orçamento inicial aprovado pelo Parlamento (Lawson et al, 2006: 2, Comissão Europeia et al, 2007: 10), especialmente ao nível dos agregados (Lawson et al, 2006: 2). Mas conforme salientado em de Renzio and Sulemane (2006: 13), existem três factores principais que moldam a falta de previsibilidade na implementação do orçamento. Primeiro, o Ministro das Finanças está autorizado a redistribuir recursos do orçamento ao longo do ano sem a aprovação do Parlamento. Assim, os Ministérios sectoriais e outras entidades orçamentais não são encorajados a levar o processo de formulação do orçamento muito a sério. Segundo, falta de flexibilidade e atrasos nas transferências de fundos, provocadas pelo sistema de desembolso do orçamento, impede as entidades orçamentais de gerir os seus fundos orçamentais mais eficazmente.

Finalmente, a previsibilidade é colocada em risco pela grande quantidade de despesas fora do orçamento, quer de projectos financiados por doadores ou de receitas próprias retidas directamente pelas agências que efectuem os gastos.

Embora o envolvimento do Parlamento tenha sido fortalecido, particularmente no que diz respeito ao encorajamento da transparência do orçamento (de Renzio et al, 2006: 29), existem ainda alguns factores institucionais que limitam a influência do Parlamento sobre o poder executivo no processo orçamental. Entre estes encontra-se a falta de uma ligação explícita entre a proposta do PES e o projecto de orçamento, o papel limitado do Parlamento na aprovação de revisões orçamentais, a existência de despesas financiadas por doadores fora do orçamento e a falta de envolvimento na aprovação e monitoria do PARPA e do CFMP que devem fornecer o cenário estratégico para o OE e PES (Hodges et al, 2004: 41-44; entrevistado).

50% DO OIIL É CONSIDERADO DESPESA PARA O SECTOR AGRÁRIO

Em 2006, cada distrito recebeu uma dotação orçamental de 7.000.000 MT, que foram inicialmente destinados a financiar investimentos públicos em infra-estrutura local. No final de 2006, e particularmente durante os primeiros meses de 2007, a orientação política para a utilização dos fundos mudou: os distritos foram instruídos a usar os fundos de investimento locais para a criação de emprego e para a produção de alimentos. A partir de então, os "sete milhões" tem, essencialmente, tornar-se um fundo de crédito administrados pelas autoridades locais de forma participativa, com forte envolvimento dos conselhos consultivos locais. Não há estatísticas confiáveis disponíveis sobre o uso real. Entretanto, a evidência episódica da imprensa e as entrevistas sugerem que pelo menos 50 por cento dos

empréstimos distrito tem sido para a agricultura ou criação animal. Considerando que os montantes são substanciais e, que toda a evidência disponível sugere que a agricultura é o sector mais importante para que sejam disponibilizados, incluímos estes 50 por cento, apesar da incerteza sobre o montante real.

Com o orçamento para o ano de 2006, uma nova rubrica orçamental para a iniciativa local de investimento local foi criado para cada região na categoria de despesas de investimento. Esta decisão seguiu-se muitos anos de preparação dos planos de desenvolvimento do distrito em várias partes do país. A ideia inicial era fornecer alguns fundos para a sua execução. Por falta de outros critérios, cada distrito recebeu uma dotação de 7.000 milhões MT (antiga meticais), equivalente a cerca de 270.000 dólares EUA naquela época. Esta rubrica orçamental para o investimento local é, portanto, muitas vezes referido como "Sete Milhões", a denominação oficial é "Orçamento de Investimento para as Iniciativas Locais" (OIL).

Embora, inicialmente, destinado para o investimento público a nível local, a orientação política foi alterada nos primeiros meses de 2007. Contrariamente a todas as directrizes que haviam sido emitidos e que tinham especificamente instruído os distritos de utilizar os fundos em bens públicos, políticos de alto escalão começaram a instruir os distritos para promover a produção de alimentos e criação de postos de trabalho ao invés de "gastar" o dinheiro nas escolas, postos de saúde, reparação de estradas, abastecimento de água, pontes ou mercados. O fundo se transformou em um regime de crédito para pequenas actividades económicas locais. Em teoria, os beneficiários têm de reembolsar os empréstimos que receberam, mas na prática, as taxas de reembolso são muito, muito baixo. Ainda não está claro como a ideia de um fundo rotativo será implementado e como os distritos teriam de tratar os fundos que são reembolsados pelo beneficiário inicial.

Parece agora que a maior parte deste financiamento de investimentos a nível distrital (OIL) está sendo usado para financiar actividades produtivas, principalmente de crédito aos agricultores para a produção agrícola, comercialização, processamento e armazenamento. Episódicas provas (artigos de jornal), muitas vezes referem-se a moinhos de milho, tractores, bois ou de empréstimos para criação de galinhas. Pouca monitoria global desses projectos é feita. MPD tinha planejado para realizar uma avaliação da utilização dos fundos OIL em 2008, mas ainda não está disponível.

Os pedidos de atribuição de fundos OIL têm de ir da localidade para o posto administrativo para o distrito. As propostas têm de ser aprovadas por Conselhos Consultivos locais que foram criados em conformidade com a LOLE.

ÍNDICE DO PES DO MINISTÉRIO DE AGRICULTURA 2011

1. INTRODUÇÃO
 - 1.1 BREVE DESCRIÇÃO DO CONTEXTO/DETERMINANTES DO AMBIENTE ECONÓMICO E SOCIAL
 - 1.2. PRINCIPAIS OBJECTIVOS DO PES DO SECTOR
2. PRODUÇÃO AGRÍCOLA
 - 2.1. Culturas Alimentares
 - 2.2. Culturas de Rendimento
3. PRODUÇÃO PECUÁRIA
 - 3.1. Efectivos Pecuários
 - 3.2. Produção Pecuária
4. PRODUÇÃO AGRO-INDUSTRIAL
5. PRODUÇÃO FLORESTAL
6. PRINCIPAIS ACÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS POR PROGRAMA

ÍNDICE DO PES DO MINISTÉRIO DE AGRICULTURA 2010

Por uma questão de comparação da evolução da estrutura do PES de 2010 para 2011 veja o abaixo o índice do PES do Ministério de Agricultura para 2010.

1. Introdução
2. Desempenho do Sector Agrário
 - 2.1 Produção agrícola
 - 2.1.1 Culturas alimentares
 - 2.1.2. Culturas de rendimento
 - 2.1.3. Fruteiras
 - 2.2. Produção agro-industrial
 - 2.3. Comercialização agrícola
 - 2.4. Produção pecuária
 - 2.4.1. Projecção da produção pecuária
 - 2.4.2. Evolução dos efectivos
 - 2.5 Florestas
3. Produção Agro – Pecuária
4. Desempenho do MINAG
 - 4.1. Serviços Agrários
 - 4.2. Serviços de veterinária
 - 4.3. Extensão agrária
 - 4.4. Sector Algodoeiro
 - 4.5. Sector do Cajú
 - 4.6. Promoção da agricultura
 - 4.7. INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO AGRÁRIA DE MOÇAMBIQUE (IIAM)
 - 4.8. Sector de Terras e Florestas
 - 4.9. CENACARTA
 - 4.10. INFATEC
 - 4.11. Assuntos Transversais
 - 4.12. Desenvolvimento Institucional
 - 4.13. Direcção de Economia
 - 4.14. Centro de Documentação Agrário
 - 4.15. Fundo De Desenvolvimento Agrário

PROPOSTA DO PES 2011

Índice

- I. NOTA INTRODUTÓRIA
- II. CONTEXTO INTERNACIONAL
- III. OBJECTIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÉNIO
- IV. PRINCIPAIS OBJECTIVOS DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL
 - 4.1 PRODUÇÃO GLOBAL
 - 4.1.1. AGRICULTURA PRODUÇÃO ANIMAL E SILVICULTURA
 - 4.1.2. PESCAS
 - 4.1.3. INDÚSTRIA EXTRACTIVA
 - 4.1.4. MANUFACTURA
 - 4.1.5. ELECTRICIDADE E ÁGUA
 - 4.1.6. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
 - 4.2 SECTOR MONETÁRIO
 - 4.3 INFLAÇÃO
 - 4.4. BALANÇA DE PAGAMENTOS
 - 4.5 RECURSOS E DESPESAS DO ESTADO
- VI. PRINCIPAIS LINHAS DE DESENVOLVIMENTO POR PROGRAMA
 - 5.1. DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL
 - 5.1.1 HABITAÇÃO
 - 5.1.2. EDUCAÇÃO
 - 5.1.3. CULTURA
 - 5.1.4. JUVENTUDE
 - 5.1.5. DESPORTOS
 - 5.1.6. SAÚDE
 - 5.1.7. MULHER, FAMÍLIA E ACÇÃO SOCIAL
 - 5.1.8. CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
 - 5.1.9. LIBERTAÇÃO NACIONAL, DEFESA DA SOBERANIA, E DA DEMOCRACIA E DEFICIENTES DE GUERRA – DESMOBILIZADOS
 - 5.1.10. ÁGUA E SANEAMENTO
 - 5.2 DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO
 - 5.2.1. COORDENAÇÃO DO PROCESSO DE PLANIFICAÇÃO
 - 5.2.2. PROMOÇÃO E ATRACÇÃO DE INVESTIMENTO
 - 5.2.3. GESTÃO FISCAL E ORÇAMENTAL
 - 5.2.4. AGRICULTURA, PECUÁRIA FLORESTAS E FAUNA
 - 5.2.5. PESCAS
 - 5.2.6. RECURSOS MINERAIS
 - 5.2.7. INDÚSTRIA E COMÉRCIO
 - 5.2.8. DESENVOLVIMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS
 - 5.2.9. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
 - 5.2.10. TURISMO
 - 5.2.11. TRABALHO, HIGIENE E SEGURANÇA NO EMPREGO
 - 5.3. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO, COMBATE À CORRUPÇÃO E PROMOÇÃO DA CULTURA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS
 - 5.3.1. REFORMA DO SECTOR PÚBLICO

- 5.3.2. DESCENTRALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA
ADMINISTRAÇÃO LOCAL E AUTÁRQUICA
- 5.3.3. JUSTIÇA
- 5.3.4. ORDEM SEGURANÇA E TRANQUILIDADE PÚBLICA
- 5.3.5. INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO SOCIAL
- 5.4. REFORÇO DA SOBERANIA
 - 5.4.1. DEFESA DA SOBERANIA NACIONAL
- 5.5. REFORÇO DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL
 - 5.5.1. RELAÇÕES EXTERNAS
- 5.6. ASSUNTOS TRANSVERSAIS
 - 5.6.1. DESMINAGEM
 - 5.6.2. AMBIENTE
 - 5.6.3. REDUÇÃO DO IMPACTO DA VULNERABILIDADE ÀS
CALAMIDADES
 - 5.6.4. HIV/SIDA
 - 5.6.5. GÉNERO
 - 5.6.6. SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRIÇÃO
 - 5.6.7. DESENVOLVIMENTO RURAL

ÁREAS COBERTAS POR CADA NATUREZA DE FUNÇÃO

Tabela 1: Áreas cobertas por cada natureza de função

Componente	Funções Nucleares	Projectos de Desenvolvimento
1. Desenvolvimento Institucional	<ul style="list-style-type: none"> - Políticas e Estratégias, - Coordenação, - Estatísticas, - Gestão Recursos Humanos, - Materiais e Financeiros, - Formação, - Construções, - Regulamentação, - Planificação e Monitoria, - SIG (Sistema de Informação para Gestão) 	
2. Pecuária	<ul style="list-style-type: none"> - Políticas e Estratégias, - Estatísticas, - Regulamentação, - Fiscalização e Inspeção, - Vacinas Obrigatórias, - Prospeções Zoo-Sanitárias. 	<ul style="list-style-type: none"> - Infra-Estruturas Pecuárias, - Formação dos Produtores e Criadores, - Marcação do gado, - Promoção de Serviços Veterinários, Fomento Pecuário, - Tracção Animal.
3. Extensão	<ul style="list-style-type: none"> - Transmitir Tecnologias, - Promover o Associativismo, - Estratégias, - Coordenação, - Vacinas Obrigatórias, 	<ul style="list-style-type: none"> - Promover o Associativismo, - Formação em Gestão, - Fardamento e Kit para o Extensionista.
4. Apoio à Produção	<ul style="list-style-type: none"> - Políticas e Estratégias, - Coordenação, - Monitoria da Campanha, - Regulamentação e Fiscalização, - Controle Fitossanitário, 	<ul style="list-style-type: none"> - Aproveitamento de Insumos, - Multiplicação de Sementes, - Material Vegetativo e Fruteiras.

5. Florestas	<ul style="list-style-type: none">- Políticas e Estratégias,- Coordenação,- Regulamentação e Fiscalização,- Licenciamentos e Concessões Florestais,- Controle de Queimadas,- Conflito Homem-Animal,- Colectar Receitas.	<ul style="list-style-type: none">- Reflorestamento,- Acções de Conservação?
6. Terras	<ul style="list-style-type: none">- Políticas e Estratégias,- Regulamentação e Fiscalização,- Cadastro de Terra,- Tramitação dos Títulos e Consulta Comunitária,- Colectar Receitas e Cobrar Taxas.	<ul style="list-style-type: none">- Demarcações
7. Investigação	<ul style="list-style-type: none">- Políticas e Estratégias,- Coordenação,- Produzir, melhorar, adequar Tecnologias,- Multiplicar Semente Pré Básica.	<ul style="list-style-type: none">- Acções de Investigação que respondem as necessidades específicas ao nível dos produtores.
8. Irrigação	<ul style="list-style-type: none">- Políticas e Estratégias,- Coordenação,- Fiscalização e Monitoria de Obras.	<ul style="list-style-type: none">- Construção e Reabilitação de Infra-Estruturas de Regadio,- Provisão de Equipamento de Regadio.

PRINCIPAIS ACÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS POR PROGRAMA

De acordo com o PES do MINAG para 2011 as principais acções a serem desenvolvidas por programa são:

Programa: Produção Agrária			
Objectivo do Programa: Aumentar a Produção Agrária			
Indicador de Resultado do Programa: Aumentada a Taxa de Crescimento do Sector Agrario para 11%			
Nº de Ordem	Actividade/Acção	Meta Fisica	Localização incluindo número de beneficiários
1	Produzir semente básica e pré-básica	55,5 Ton de Semente Pre-basica produzida (4 de Amendoim, 8 de Feijão Nhemba, 15 de Arroz, 1,5 de Feijão Vulgar e 27 de Milho) 631 ton de Semente Basica produzida (Arroz 300, F.Nhemba 28, F.Vulgar 37, Milho 300, Mapira 50, Mexoeira 3, Soja 45, Algodao 28 e Batata Reno 140)	Centros Zonais: Nordeste - Nampula, Norte -Niassa, Centro - Sussundenga e Sul: Umbeluzi) Centros Zonais: Nordeste - Nampula, Norte -Niassa, Centro - Sussundenga e Sul: Umbeluzi)
2	Produzir vacinas contra Newcastle	3.500.000 Doses de vacinas produzidas	Maputo
3	Fornecimento de reprodutores de merito (ovinos e caprinos)	100 Reprodutores (20 bovinos e 40 ovinos no dist. de Boane; 20 bovinos e 20 ovinos no Dist. de Magude)	Maputo (Distritos de Magude e Boane)
4	Assistir camponeses em técnicas de produção	Total: 48.6800 (Map cidade:12.675, Mpt: 38.000, Gaza: 38.700, l'bane: 42.250, Manica: 50.000, Sofala: 71.400, Tete: 41.200, Zamb: 63.796, Npl: 41.800, C.D: 55.600, Niassa: 31.379)	Nacional (228.796 mulheres e 258.004 homens) distribuição por provincia
5	Monitorar a implementação do programa de diversificação de culturas nas zonas de produção de culturas de rendimento	6 monitorias realizadas nas Zonas de produção de Tabaco e 3 de Algodão	Tabaco: Manica, Tete, Zamb., Npl., C.D e Niassa) e 3 de Algodão na Provincia de Nampula.
6	Instalação de estufas para garantir a oferta de hortícolas ao longo do ano	4 estufas instaladas	Manica, Tete, Zambezia e Nampula
7	Garantir a vigilância epidemiológica	5 estudos realizados e divulgados	Nacional
8	Adquirir e distribuir vacinas e biológicos para vacinações obrigatórias	C.Hemático 1.164.219; C.Sintomático 480.241; Febre Aftosa 463.213; Brucelose 150.101; Dermatose Nodular 597.908; Febre V.Rift 19.748; Tuberculina 150.000; Raiva 180.000; Newcastle 4.639.425.	Nacional (Niassa, C.D, Nampula, Zamb., Tete, Manica, Sofala, l'bane, Gaza, Maputo)
9	Produzir Mudas Diversas	1.500 Mudas de Mangueiras e 1.500 Mudas de Citrinos produzidas e distribuídas 2.195.000 Mudas de Cajueiro produzidas e distribuídas	Maputo C.Delgado 300.000, Nampula 960.000, Zambézia 300.000, Manica 80.000, Sofala 850.000, Inhambane 220.000, Gaza 180.000, Maputo 70.000.
10	Instalar campos de produção de material de propagação vegetativa de mandioca e batata doce em distritos ciclicamente afectados pelas adversidades climáticas	220 ha de producao de estacas de Mandioca (4ha em cada um dos 55 distritos)	Gaza, Inhambane, Manica, Tete, Sofala e Maputo

Programa: Gestão de Recursos Naturais			
Objectivo do Programa: Assegurar a Gestão Ambiental Sustentável dos Recursos Naturais			
Indicador do Programa: Ha de área reforestada			
Nº de Ordem	Actividade	Meta	Localização incluindo número de beneficiários
1	Realizar levantamento e Inventariação das ocupações de terras para o mapeamento cadastral	110.000 ha mapeados	Distritos Macanga, Buzi, Panda, Massingir e Matutuine
2	Realizar zoneamento Agro-ecológico e inventários florestais operativos a escala 1:250.000	Zoneamento Realizado	Inhambane, Gaza, Tete e Sofala
3	Delimitar e certificar áreas comunitárias	50 parcelas comunitárias delimitadas	Nacional
		50 certidões comunitários emitidos	Nacional
4	Produzir instrumentos legais complementares a legislação de Terras, Florestas e Fauna Bravia	5 Instrumentos legais produzidos	Nacional
5	Promover o estabelecimento de plantações para fins comerciais, energético, de conservação e comunitários	20.000 ha com plantações	Nacional
6	Implementar a estratégia de gestão do Conflito Homem-Fauna Bravia	60 fiscais e 40 caçadores comunitários formados em matérias de gestão de conflito homem fauna bravia	Nacional
		100 sinais colocados nos 45 distritos críticos em CHFB	Nacional
		1 censo localizado realizado	Niassa e Cabo Delgado
		150 crocodilos abatidos	Ao longo do Rio Zambeze
7	Actualização da Cartografia Sistemática	15 folhas topográficas actualizadas na escala 1:50.000 e 15 na escala 1:250.000	Zamb. (5 na escala 1:250.000 e 5 na escala 1:50.000), Nampula (4 na escala 1:250.000 e 5 na escala 1:50.000); Maputo (2 na escala 1:250.000 e 2 na escala 1:50.000 e Gaza (4 na escala 1:250.000 e 3 na escala 1:50.000)
8	Produzir Mapas de Divisão administrativa local	128 Mapas produzidos	Nacional
9	Realizar expedições de identificação da biodiversidade, colheita de sementes e material de propagação de espécies florestais e sua integração no Banco de germoplasma	4 Expedições realizadas	Nacional
10	Estudar técnicas e ou métodos de propagação de espécies nativas para a sua conservação <i>in-situ</i> e <i>ex-situ</i>	1 Espécie (Vangueria infausta) estudada e documentada	Nacional

Programa: Produtividade Agrícola			
Objectivo do Programa: Aumentar a Produtividade Agrícola			
Indicador de Resultado do Programa: Aumentado o rendimento por Hectare nas principais culturas alimentares e de rendimento (Milho, Arroz, de 1.2 para 1.8 Toneladas)			
Nº de Ordem	Actividade/Ação	Meta Fisica	Localização incluindo número de beneficiários
1	Construir e reabilitar sistemas de regadio	800 ha	Maputo-300, Gaza-300, Inhambane-100, Zambézia-100)
2	Disponibilizar equipamento hidromecânico	127 Moto/electrobombas	Nacional
3	Realizar tratamento químico de cajueiros	4.500.000 Árvores	C.Delgado 1.500.000, Nampula 2.200.000, Zambézia 200.000, Manica 40.000, Sofala 50.000, Inhambane 300.000, Gaza 170.000, Maputo 40.000.
4	Massificar a utilização de tracção animal na preparação de solos	6105 bovinos para tracção distribuídos e 2035 charruas.	Bovinos: C.Delgado 303, Niassa 303, Nampula 840, Zambézia 600, Tete 840, Manica 1179, Sofala 840, Inhambane 360, Gaza 420, Maputo 420. Charruas - C.D: 140, Niassa: 140, Nampula: 280, Zamb.: 200, Tete: 280, Manica: 393, Sofala: 280, l'bane: 120, Gaza: 140, Maputo: 140.
5	Massificar a utilização de maquinaria agrícola na preparação de solos	110 tractores	Nacional
6	Disponibilizar semente de qualidade aos camponeses	14.217 ton de semente diversa (Arroz 5.500, Milho OPV 3.000, Milho Híbrido 1273, Mapira 500, Batata Reno 3.140, F.Vulgar 150, Soja 650, Hortícolas 4) disponibilizada	Nacional
7	Realizar monitorias e controle de as pragas e doenças de culturas	Prospecções/vigilância epidemiológica e de controle de pragas	Vírose de tomate e pardal de bico vermelho (Maputo e Gaza), gafanhoto vermelho (Sofala, Manica, Tete e Niassa), Lagarta invasora (Sofala, Manica, Inhambane, Zambézia), amarelecimento letal do coqueiro (Zambézia e Inhambane), mosca da fruta (todo-o-país)
8	Aquisição e Distribuição de Fertilizantes aos camponeses	20 Ton de fertilizante distribuída	Maputo, Gaza, Manica, Tete, Sofala, Zambézia, Nampula.
9	Libertação de variedades de culturas diversas	19 Variedades Libertadas (4 de Milho, 4 de Mandioca, 2 de Feijão Nhamba, 3 de Feijão Vulgar, 2 Amendoim, 2 de Mapira e 2 de Algodão)	Nacional (todo país)
10	Promover programas de inovação técnica na produção do algodão, através do uso de Maneio integrado de pragas, Agricultura de Conservação e Cultivo em faixa	225 campos de FFS e CDRs estabelecidos	Zonas de Produção de Algodão (Cabo Delgado, Nampula, Niassa, Zamb., Sofala, Tete, Manica e Gaza), beneficiando 2500 Mulheres e 2000 homens

Programa: Apoio Institucional Administrativo					
Programa: Apoio Institucional Administrativo					
Objectivo do Programa: Melhorar a Infraestrutura, o Apetrechamento e a Capacitação Institucional Administrativa					
Indicador do Programa: Aumentada a capacidade de execução financeira de 67 para 100%					
Nº de Ordem	Actividade	Meta Física	Local	Beneficiários	
				Mulheres	Homens
1	Produzir Base de Dados e Estatísticas Sectoriais				
2	Aquisição, Reparação e Manutenção de Equipamentos e Meios de transporte				
3	Formação formal dos técnicos				
4	Formações/capacitações não formais dos técnicos				
5	Realizar seminários e reuniões de coordenação sectorial				
6	Participar em eventos nacionais e internacionais relacionados com o sector				
7	Realizar Estudos, Monitorias e Avaliações das Políticas e Actividades do sector				
8	Gestão do Pessoal (Recrutar/Enquadrar/Promover/Progridir e Nomear técnicos do sector)				
9	Construção/Reabilitação e Manutenção de imóveis incluindo casas para técnicos				
10	Garantir a Gestão Patrimonial, Administrativa e Financeira do Sector				

Programa: Produção Orientada para o Mercado			
Objectivo do Programa: Incentivar o aumento da produção agrícola orientada para o mercado			
Indicador de Resultado do Programa: % de áreas cultivadas			
Nº de Ordem	Actividade/Ação	Meta Física	Localização incluindo número de beneficiários
1	Criar fundos de garantia como forma de operacionalizar as Linhas de Crédito para o Financiamento do Sector Comercial Agrário	3 Linhas de crédito criadas (AGRA, PRESP II, Avicultura)	Nacional
2	Aquisição e distribuição de Bovino para criação	2.396 cabeças de gado adquiridos e distribuídos	Niassa 486, Nampula 350, Zambezia 1000, Manica 160 e Maputo 400
3	Realização de monitoria das actividades de inspecção de Produtos Agrários (produtos de origem animal e vegetal)	36 Visitas de Inspeção Realizadas	Maputo, Beira e Nacala
4	Rever a legislação sanitária e fito-sanitária ajustada as normas do comércio nacional e internacional. (SPS)	5 legislações revistas (Regulamento de Matadouros de aves e outros animais de capoeira, Regulamento de Registo de Medicamentos Veterinários, Regulamento de Bio-combustíveis, Lei Fitosanitaria e Regulamento de Sementes)	Nível Nacional
5	Fiscalizar o processo de comercialização dos produtos agrários	67 empresas fiscalizadas (12 de Algodao, 52 de Semente/Pesticidas e 3 de Tabaco)	Nacional
6	Produzir vacinas (Carbúnculo Hemático e Sintomático)	1.700.000 Doses de vacinas produzidas (Hememático 1.200.000 e Sintomático 500.000)	Maputo
7	Controlar e Prevenir as principais doenças com impacto económico (Tuberculose e Brucelose, Febre Aftosa, Peste suína, Gripe aviária, etc)	5 Visitas de monitoria e controle realizadas	Nível Nacional
8	Desenvolver tecnologias de reprodução assistida (Inseminação artificial)	300 vacas, 200 cabras e 80 ovelhas inseminadas	Maputo
9	Fomentar a produção de culturas com potencial para o mercado através da abertura de linhas de crédito para investimento nessas culturas (Fruteiras, Horticolas, Oleoginosas, etc)	3 pomares clonais regionais e Nº de produtores beneficiários	3 pomares clonais: Maputo, Manica e Zambézia; Beneficiários: 5 produtores em Manica, 5 em Nampula e 5 em Maputo, e 3 associações, 1 em Nampula, 1 em Manica e 1 em Maputo)
10	Construção de entreposto comercial (mercado grossista) para produtos frescos	1infra-estrutura construída	Maputo (Município da Matola)